

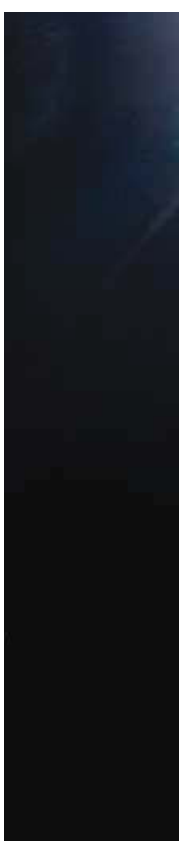
# Portugueses ciganos

## Quatro vidas que mostram que o futuro pode ser diferente

Um militar, uma antropóloga, um actor, um deputado municipal, quatro formas, a mesma luta: acabar com cinco séculos de anticiganismo

Por **Ana Cristina Pereira** texto, **Paulo Pimenta** fotografia  
e **José Alves** ilustração





### Exemplos

Ao lado, Renato Bernardino, sargento-ajudante do Exército e activista; Maria João Rosa, antropóloga e doutoranda em Antropologia Social. Em baixo, o actor Henrique Barbosa, um dos protagonistas de *Entroncamento*, que chega dia 26 de Março aos cinemas; Denil Murteira, deputado municipal em Grândola e técnico de turismo

**E**nfrentam todos a mesma herança. Uma rapariga quer continuar a estudar e insinua que o ensino superior não é para ela; um rapaz é eleito e chovem denúncias falsas; um homem é premiado e perguntam-lhe onde fica a “barraca”; outro decide assumir quem é e teme perder amigos.

Querem todos combater o anticiganismo. O militar que tinha vida dupla sai da sombra para que outros vivam sem medo; a mulher a quem negaram a identidade torna-se na primeira antropóloga cigana portuguesa que estuda ciganos portugueses; o homem que levou a vida a contracenar com a desigualdade está a fazer cinema; o rapaz que enfrentou o preconceito entrou na política.

### Renato Bernardino Da camuflagem à frente de batalha

As acções de Renato Bernardino (1983) no presente estão orientadas para o futuro que imaginou. Nesse futuro, existe um Centro de Abertura a Linguagens e Lugares Outrora Negados - CALLON, acrónimo que remete para *calor*, o grupo étnico cigano mais presente na Península Ibérica.

Ainda há pouco, era impossível conceber que este sargento-ajudante do Exército desse a cara por um projecto desta natureza. Fardado ou à civil, não falava das suas pertenças étnicas. Engolia “muitos sapos” para não as revelar.

Na rua, nos restaurantes, nos cafés, ouve as conversas alheias. “Alguém diz que os ciganos são isto, são aquilo, são todos a mesma coisa e temos de ficar calados. Ou escolhemos ficar calados. No meu caso, escolhi ficar calado.”

Cresceu em Benedito, Alcobça. Não havia uma comunidade cigana por ali. A mãe não era cigana, embora tivesse adaptado os usos e costumes da família do marido. O pai viera da Nazaré. A distância privava-o do convívio assíduo com a família paterna, mas abria-lhe a hipótese de passar despercebido.

Viu que poderia ter uma vida dupla. Em família, vivências do grupo minoritário. Fora da família, vivências da sociedade maioritária. Na primária, a “barreira” ainda era permeável. Os pais faziam feiras e, quando não tinha aulas, levavam-no. Assíduo, pontual, obtinha boas notas. “Nem parece cigano”, diziam-lhe.

Aquelas palavras, ditas em jeito de elogio, “marcam profundamente”. “Foi ficando mais camuflada a minha origem”, conta. Não queria que o colassem a preconceitos com raízes históricas tão profundas que são repetidos sem pestanejar. Quem desejaria que se pensasse que não queria estudar, que não queria trabalhar, que representava um problema de segurança para os outros, que tinha costumes incompatíveis com as leis nacionais?

Convivendo com pessoas de vários estratos sociais, pôs-se a pensar em formas de escapar à pobreza e ao estigma. “O Exército era →

ID: 121925251

08-03-2026 | P2

um elevador social e servir era positivo. Queria servir a sociedade, servir o país.” Concluiu o curso de sargento do Exército na área dos transportes e logística. Trabalhou em vários sítios.

Manteve sempre discrição. “Fiz esta escolha, talvez por conforto, talvez para ter opções mais viáveis para o meu desenvolvimento pessoal, social e até económico”, reconhece. Dizia a si próprio: “Vou deixar-me estar, vou fazer o meu trabalho; se alguém perguntar se sou cigano, vou dizer que sim, mas não vou fazer publicidade disso.”

Acreditava que, com o tempo, com a crescente escolarização da população portuguesa, os preconceitos dissipariam. Nos últimos anos, viu que não. O anticiganismo é estrutural. Com a ascensão do Chega, tornou-se mais explícito, *online* e *offline*. O discurso de ódio é ensurdecedor.

Está a criar quatro filhos: um rapaz de 17 anos e três de 11. Que futuro poderão ter? “É hora de rasgar os receios que tive enquanto jovem. Posso aproveitar todo o percurso que fiz até agora para dizer que pessoas como eu podem fazer coisas.”

Muitos dos que o conhecem nem sonham que tem este contexto familiar. Nem calcula como reagirão ao vê-lo, aos 42 anos, a dar a cara nestas páginas. A eventual rejeição de alguns já não o trava. Como diz a canção de Jay Livingston e Ray Evans, o que será, será.

Não o faz só pelos filhos. Não quer, daqui a uns anos, aproximando-se o fim da vida, olhar-se ao espelho e pensar: “Tiveste este percurso, és de origens ciganas e nunca fizeste nada para mudar a visão abjecta, menorizada, das pessoas ciganas. Os ciganos são vistos de forma homogénea. Quanto mais isso acontecer mais se conseguirá fazer deles bode expiatório. Teremos uma sociedade pior. Sempre quis contribuir para uma sociedade melhor.”

Voltou a estudar. Concluiu uma licenciatura em Ciências Sociais na Universidade Aberta. Avançou para um mestrado em Ciência Política, na Universidade de Lisboa. Escolheu uma metodologia participativa, que lhe permite desenvolver um projecto e analisar como funcionam as políticas de coesão da União Europeia.

Idealizou o CALLON. Recrutou a mulher, Olga Bernardino, que conheceu com o 3.º ano de escolaridade e que tem agora o 12.º, e pessoas reconhecidas no meio, como os activistas Bruno Gonçalves e Vanessa Ezequiel Lopes, para fundar a associação. Está agora a formar um conselho consultivo.

Não é um novato no movimento cívico. “Participei em associações de estudantes, associações de desportivas, fundei clubes. Sempre tive uma veia de participação cívica, de inovação social”, refere. “Neste momento, já estamos a criar parcerias a nível europeu, por exemplo, com a European Roma Institute for Arts and Culture, com a Ergo Network, com a Roma Foundation Europe.”

Há um motivo para ter escolhido ser fotografado com a Ponte 25 de Abril atrás. Idealizou um espaço amplo e moderno na Área Metropolitana de Lisboa, com museu, exposições temporárias, espectáculos, oficinas/acções de formação, escritórios. Além de valorizar a história e a cultura cigana, ambiciona “novas formas de convivência e inclusão de todos”.

Ao aproximar-se o dia 13 de Março, em que se assinalam 500 anos sobre a primeira lei anticiganos em Portugal, acredita que a questão “já não é sobre se este projecto é pertinente ou viável, porque existem mecanismos e fundos europeus”. A questão, agora, é: “Depois de 500 anos de exclusão, quem está disposto a participar na construção de 500 anos de re-



“  
*Eu sou filha de um cigano. Eu conheço a história, eu conheço a cultura. Não é por querer estudar que não sou cigana*  
Maria João Rosa



conhecimento, de empoderamento, de inclusão?”

O que tem em mente não lhe parece nada do outro mundo. “É trabalhar para que mais pessoas possam conseguir uma vida normal sem terem de se esconder, sem terem de decidir calar-se quando ouvem alguém dizer alguma coisa gritante.”

A actividade não ficará dependente do espaço físico. Até ao final deste ano, arrancará. Lá chegará o dia em que abrirá o tal “lugar onde uma criança cigana se veja ao espelho da dignidade e os seus colegas vejam a beleza da sua cultura”.

### Maria João Rosa A construção de uma identidade negada

As crianças do Bairro das Pedreiras, em Beja, não se viram ao espelho ao conhecer a antropóloga Maria João Rosa (1995). Nem admitem que alguém como ela possa ser cigana.

Tinha a idade de algumas das crianças que lá conheceu, residentes em barracas sem luz eléctrica, sem água quente, quando soube a história da família. No funeral da avó paterna, a melhor amiga desembrulhou o grande segredo.

A avó fugira de Melgaço, muito jovem, porque a queriam casar com um homem muito mais velho. Mais tarde, a viver nas Caldas da Rainha, apaixonou-se por um jovem cigano. Estava grávida quando ele foi morto. Não sen-

do cigana, temeu que a família dele lhe tirasse o filho. Para o evitar, permitiu que um moribundo o perfilhasse e que a irmã dele o criasse. Assim, pelo menos podia estar com ele ao fim-de-semana.

“O meu pai sempre soube que era descendente de ciganos, mas não conhecia esta história”, conta. “Sabia que havia mulheres ciganas na família. Pensava que, por terem casado com não ciganos, já não seríamos bem ciganos, seríamos ‘tendeiros’.”

A revelação da velha amiga da avó teve grande impacto em Maria João. “Quem é que é a minha família, afinal?” Pôs-se à procura. Nunca descobriu o nome do avô biológico, mas aproximou-se dos familiares ciganos.

Tinha 12 anos, e queria aprender tudo sobre os seus usos e costumes. Por mais que se esforçasse, continuavam a dizer que não era cigana. Deparava-se com uma espécie de lado oposto do “não pareces cigano” de que acima falava Renato Bernardino. “Havia aquela coisa: ‘Queres ser... Queres ir... Queres estudar... Ah, tu não és cigana.’ Então, eu ficava, tipo, OK, eu tenho família cigana, mas eu não sou cigana.”

Um dia, já ao frequentar a licenciatura em Antropologia, no Iscte - Instituto Universitário de Lisboa, mencionou a sua ligação cigana. O que disse chegou aos ouvidos de uma estudante de doutoramento, que a procurou. Maria João partilhou a sua história. “Se o teu avô é cigano, se o teu pai é cigano, tu és cigana”, concluiu a outra, indicando-lhe o Programa Operacional para a Promoção da Educação (OPRE, na sigla em inglês), uma política pública destinada a ajudar ciganos a frequentarem o ensino superior que inclui uma bolsa, um trabalho de mediação e várias acções de capacitação.

Bruno Gonçalves, coordenador da Letras Nómadas no OPRE, confronta-a: “O teu avô é cigano, o teu pai é cigano, dizes que tens família cigana e não que és cigana; tens vergonha de quem és.” E Maria João não gostou: “Não é que tenha vergonha. Não sou porque, para ser, tenho de ser reconhecida como tal.”

Acabou por perceber que também estava presa ao estereótipo de cigano. Tinha de se libertar dessa crença simplista, redutora. “Eu sou filha de um cigano. Eu conheço a história, eu conheço a cultura. Não é por querer estudar que não sou cigana.”

O contacto com outros ciganos que estavam a frequentar o ensino superior ajudou-a a consolidar a identidade. “Conheci ciganos que têm tantosinhos como eu. E percebi que não é por a minha mãe não ser cigana que eu tenho tantos sonhos. Eu tenho tantos sonhos porque sou um ser humano. Os seres humanos têm sonhos.”

Mora no Barreiro. Conheceu o Bairro das Pedreiras ao fazer algumas acções de formação e voluntariados com Natália Serrana, que é licenciada em Artes Plásticas e Multimédia e trabalha com crianças, dali e doutros contextos.

“Há meninas de 14 anos que acham que a melhor coisa que lhes pode acontecer é casar”, revela. “Pensam que é a única hipótese que têm de ir para uma casa melhor. Há pessoas que tentam fugir do bairro e não conseguem, porque ninguém lhes dá trabalho. Parece que todos os esforços são em vão.”

Maria João sabia bem o que era pobreza extrema. “Sei o que é não ter o que comer. A minha mãe recebeu rendimento de inserção social [RSI] imenso tempo. A minha mãe não conseguia trabalhar e o meu pai matava-se a trabalhar e, coitado, não ganhava o suficiente.”

ID: 121925251

08-03-2026 | P2

Não suspeitava que houvesse em Portugal pessoas a morar em condições tão infra-humanas. Acreditava na escola, e no seu poder para a ajudar a sair da pobreza. “A escola foi a coisa que me esforcei mais para conseguir ter em toda a minha vida, e estive quase a perdê-la.”

Teria uns 15 anos. A família instalara-se no Montijo. Chovia dentro de casa. “Com a humidade que escorria pelas paredes, comecei a ter muitas dores na coluna e a faltar muito às aulas. Sofri discriminação pela minha classe social.”

A directora de turma recusou-se a aceitar a justificação de faltas. Foi azeda. Maria João respondeu-lhe torto. Saiu da sala a chorar. A professora que tratou de a consolar repreendeu a colega. “Tornou-se insuportável. Ela humilhava-me mesmo. Não tem este livro? Ainda não comprou? Se calhar a escola não é para si. Nem toda a gente pode tirar um curso.”

Tentou mobilizar os colegas para um protesto escrito. Não conseguindo, abandonou a escola. No ano seguinte, não havia vaga em Ciências e Tecnologia. Ainda se matriculou na secundária de Camões, em Lisboa, mas não tinha dinheiro para o passe. “Chorei horrores.” No ano seguinte, lá voltou a estudar. A escola pagava uma parte do passe e a Câmara do Montijo a outra.

Trabalhava no que aparecia: pro-moções, recolha de contactos,

animação em festas infantis, *babysitting*, explicações. Estudava o mais que podia. E imaginava-se, na pele de antropóloga forense, em cenários de crime ou de catástrofe a identificar restos mortais de seres humanos em avançado estado de decomposição, carbonizados, mutilados ou já reduzidos a ossos.

Não teve dúvidas na hora de se candidatar ao ensino superior. Terminado o curso de Antropologia, avançou para dois mestrados ao mesmo tempo: Antropologia Forense e Antropologia Social. “Os livros de que mais gostei foram escritos por indígenas. Percebi que na antropologia não há ninguém da comunidade cigana a falar.”

Fez pesquisa sobre legislação e minorias étnicas, etnia cigana e questões de género. Decidiu a produzir ciência a partir de dentro. “OK, eu tenho um ponto de vista diferente, consigo ver as falhas, mas se calhar vejo-as e compreendo-as de uma forma diferente.” Aos 30 anos, está a fazer doutoramento em Antropologia Social.

Resolveu focar-se no Bairro das Pedreiras. Quer investigar o impacto da pobreza extrema e da segregação habitacional. Quer saber até que ponto influenciam o acesso à saúde, à educação, ao trabalho e como tudo isso se interliga para dificultar (ou mesmo impossibilitar) a saída dessa situação.

Não se limitará a observar, a conversar, a tomar notas nos seus diá-

rios de campo. Planeia, por exemplo, testar o potencial de actividades extracurriculares, como a música, para ajudar a imaginar outro futuro. “Se dermos isso aos meninos do Bairro das Pedreiras, será que vão sentir-se mais motivados?”

### Henrique Barbosa Um talento à espera de uma oportunidade

Henrique Barbosa (1991) conheceu a arte de representar fora das aulas. Experimentou “fazer teatro por brincadeira” no Centro Comunitário São José da Cáritas Diocesana de Coimbra. “Fazíamos os projectos de Teatro do Oprimido. Achava uma graça enorme. Adorava aquilo.”

Vivendo no Bairro Rosa, foi desafiado a entrar no Bando à Parte: Culturas Juvenis, Arte e

Inserção Social, um projecto de formação artística d’O Teatrão, sediado na Oficina Municipal do Teatro de Coimbra. Animou-se com aquela tentativa de “integrar jovens de bairros sociais através da arte”. “Tinha aulas de dança, música e teatro. Foi nesse ano e tal que tive o meu primeiro contacto a sério com o teatro. Foi isso que me deu a introdução.”

Durante umas semanas, também participou no Cinema de Bairro. Essa parceria da Fundação INATEL com o Instituto de Segurança Social oferecia uma introdução à produção cinematográfica documental a jovens residentes em bairros sociais.

“Disseram-nos como se trabalhava com uma câmara e ajudaram-nos a pensar numa história para apresentar”, recorda. Era um vislumbre do que seria o mundo do cinema. “Eu sempre tentei beber o máximo possível de informação.”

Tentou incentivar outros. Tornou-se dirigente da Associação Social, Recreativa e Cultural Cigana de Coimbra. Trabalhou como dinamizador para a Cáritas Diocesana, para o centro de estágio habitacional da Câmara de Coimbra, para o Programa Escolhas, dinamizado pelo consórcio Trampolim.

Nas actividades com crianças, servia-se de jogos, exercícios e técnicas teatrais para estimular transformação. “Eu fazia muito Teatro do Oprimido com as crianças, mas eram coisas só nossas, eram pequenos projectos.”

Certo dia, estava Henrique a preparar-se para iniciar uma carreira de motorista →



ID: 121925251

08-03-2026 | P2

de TVDE, a atriz e activista Maria Gil desafiou-o. Pedro Cabeleira ia realizar uma longa-metragem e procurava um actor cigano. E se fosse fazer o *casting*?

De repente, Henrique estava “a filmar com actores e atrizes com experiência, com talento”. Nem queria acreditar. “Quando cheguei ali, a um filme a sério, com actores a sério, fiquei um bocadinho tímido, porque adorava representar, mas não estava habituado àquele meio. Tive a sorte de encontrar pessoas excelentes, com um talento enorme, com uma humanidade enorme. Sabiam que nunca tinha feito nada do género e tiveram paciência. Eu perguntava coisas e eles estavam sempre prontos a ajudar. Eles acreditavam em mim. Eles acreditavam em mim muito mais do que eu.”

Na longa-metragem *Entroncamento*, que chega dia 26 de Março às salas de cinema, Henrique interpreta Gilinho, um jovem cigano envolvido no tráfico de droga. Refuta o risco de tal personagem reforçar estereótipos negativos.

Reconhece no filme vidas marcadas pela desigualdade de oportunidades e pelo desejo de fuga à pobreza e à exclusão. “O filme retrata muito bem o facto de todas as pessoas, independentemente da sua etnia, fazerem o que conseguem para sobreviver. O Gilinho faz o que consegue para sobreviver. Vive numa batalha entre aquilo que quer ser e aquilo que a sociedade diz que ele é.”

Não diz que todas as personagens ciganas devem ser interpretadas por pessoas ciganas. Diz que, se houver jovens ciganos como personagens, “é importante que seja dada oportunidade a jovens ciganos”. “Há muito talento na comunidade cigana e faltam oportunidades para fazer arte ou para trabalhar em geral.”

Conhece quem esconde a etnia no emprego. “Trabalham com a pressão de alguém vir a descobrir quem são. Há vários relatos de pessoas que foram despedidas. Quando descobriram que eram de etnia cigana, arranjaram um motivo para as despedir.”

O filme teve estreia mundial no Festival de Cannes e estreia nacional no LEFFEST - Lisboa Film Festival. No festival Caminhos do Cinema Português, em Coimbra, arrecadou os prémios de Melhor Realização e de Actor Revelação.

Henrique guarda na memória a noite da distinção. À entrada,

deu uma entrevista ao *site* Notícias de Coimbra. No fim, pôs-se com Pedro Cabeleira, de quem ficou amigo, a ver os comentários. “Na minha primeira entrevista, sobre o meu primeiro filme, no dia em que recebi o meu primeiro prémio, o primeiro comentário que recebi foi este: “Onde fica a tua barraca?””

Aos 34 anos, ouve muito dizer que “o racismo e a discriminação não existem”. “Pensem que não apontam o dedo só a um cigano que rouba, que é criminoso. Apontam o dedo até a um cigano que recebe um prémio!”

### Denil Murteira A responsabilidade de ser o primeiro

Nas eleições autárquicas de 2025, Denil Murteira (2004) foi eleito deputado municipal em Grândola. “Ainda antes de assumir funções, começaram a surgir denúncias de que o Danil Murteira vivia em casa camarária, que o Danil Murteira não trabalhava, que o Danil Murteira vivia do RSI, que o Danil Murteira vendia droga. Tudo completamente falso.”

Não se amedrontou quando foi convidado a integrar a lista do Partido Socialista para a Assembleia Municipal. Fez parte da Juventude Socialista. “As pessoas que lideram este projecto demonstraram e demonstram que têm coragem política. Eu não tive e não tenho medo de assumir o que sou.” Quando foi para a escola secundária, também era o único cigano. Aprendeu a lidar com os olhares dos outros.

Não foram só zunzuns. Houve denúncias anónimas formalizadas na Segurança Social. Foi avisado de que também havia denúncias nas Finanças, mas até agora não recebeu qualquer contacto. “Trabalho desde os 17 anos, sempre trabalhei e estudei ao mesmo tempo. Saía da escola, trabalhava; trabalhava e ia estudar.”

Como interpreta tal comportamento? “Não é só inveja, é inveja misturada com racismo”, responde. “Estou a partir muitas paredes, estou a quebrar muitos muros e, infelizmente, há pessoas que não aceitam isso.”

Natural de Portimão, vive em Grândola desde os oito anos. É a sua terra. “Aqui fiz todo o meu percurso escolar e estou a desenvolver o profissional.” Concluiu um curso profissional de Técnico de Animação e Informação Turística e um curso técnico superior profissional de Gestão de Turismo. Trabalha numa empresa do sector.

Não vê por ali a exclusão que ressalta



### Talentos

Aos 21 anos, Denil Murteira (em cima) tornou-se deputado municipal em Grândola — para além da política, estudou turismo e trabalha nesse sector; Henrique Barbosa (em baixo) experimentou fazer teatro e agora entrou como actor no filme *Entroncamento* — recebeu o prémio Revelação no Caminhos do Cinema Português; percebeu a extensão do racismo ao ler o primeiro comentário a uma entrevista que deu

em muitos outros municípios do Alentejo. Sempre viu trabalhar avós, tios, pais e outros familiares. “Não temos medo de mostrar que trabalhamos e que somos pessoas normais.” Ainda assim, o estigma faz parte do dia-a-dia.

Podem ser inofensivos. Por exemplo, tem um irmão de quatro anos. “Muitas vezes, vou buscá-lo à escola ou publico fotografias com ele e perguntam-me se é meu filho. Como sou cigano e tenho 21 anos, assumem que já estou casado e já tenho filhos.”

Também pode ser perigoso. A mãe trabalha numa empresa de limpezas. Houve uma pessoa que informou o responsável que não contratava o serviço daquela empresa por não querer uma cigana dentro da sua casa. “Imagine-se que tinha sido despedida. Iria ter receio de voltar a tentar entrar no mercado de trabalho.”

Conhece a história do antigianismo em Por-



# Passados cinco séculos, a história cigana ainda não entra no Parlamento

Marcelo Rebelo de Sousa apadrinhou a evocação dos 500 anos da primeira lei anticiganos, mas proposta de grupo de cidadãos não sobreviveu a mudança de ciclo político

Por Ana Cristina Pereira

**S**exta-feira, 13 de Março de 2026, passam 500 anos sobre o dia em que D. João III emitiu o primeiro alvará contra os ciganos. “Mando que daqui em diante não entrem em meus reinos e senhorios, sob pena de serem presos e publicamente açoutados e que, feita a execução, saiam logo e neles não voltem a ser achados. E que saem aqueles que agora estão já em meus reinos e senhorios.”

Seguiram-se séculos de políticas repressivas, que incluíram expulsões, deportações para “as conquistas”, trabalho forçado nas galés. A Revolução Liberal trouxe a cidadania, mas não por inteiro. Manteve-se em vigor até 1985 o regulamento para o serviço rural da GNR que mandava exercer “severa vigilância” sobre os nómadas, então sinónimo de ciganos.

Não há um programa oficial para assinalar aquela data, como aconteceu quando dos 500 anos do édito de expulsão dos judeus. Nem uma evocação solene na Assembleia da República, como alguns chegaram a acreditar que aconteceria.

O Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, chegou a reunir-se com membros da comissão promotora da evocação do 5.º centenário da perseguição aos portugueses ciganos, que decorreria em 2025-2026 com um extenso programa. Conferiu-lhe o seu Alto Patrocínio.

“Trata-se de uma ocasião para relembra o sofrimento e injustiça sofridos pelas portuguesas e portugueses ciganos nesses cinco séculos, mas também para celebrar mais de meio milénio de vida cigana portuguesa e o respectivo contributo para a cultura e identidade nacionais”, lia-se numa nota publicada no site oficial da Presidência em Junho de 2023. “A iniciativa ajudará a construir futuro.”

Augusto Santos Silva, então presidente da Assembleia da República, e Fernando Negro-González, então presidente da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, também receberam a comissão promotora. Esta sugeriu que se fizesse uma sessão solene, uma exposição evocativa e um

evento sobre participação política dos portugueses ciganos. E, nessa altura, Santos Silva não disse que não.

## Na agenda parlamentar de 13 de Março, nada

Uma petição submetida por mais de cem figuras públicas – incluindo Ramalho Eanes, Elisa Ferreira, Helena Roseta, Ana Gomes, Manuel Alegre, Laborinho Lúcio, José Tolentino Mendonça, Duarte Pio de Bragança, Sampaio da Nóvoa, Ricardo Quaresma – foi lançada. Ficou-se pelas 936 assinaturas.

Entretanto, a Assembleia da República foi dissolvida. O Governo de António Costa caiu. Um novo Parlamento foi eleito. Luís Montenegro formou Governo. A Assembleia da República tornou a ser devolvida. Os eleitores foram novamente convocados. Luís Montenegro voltou a formar Governo. Agora, na agenda parlamentar de 13 de Março, nada.

“Houve esforço e dedicação para que se tornasse realidade”, diz o activista Bruno Gonçalves, que fez parte de comissão promotora. “De órgãos políticos, só tivemos por parte do Presidente da República uma enorme aceitação. Em todos os outros órgãos que nos receberam foi um ‘nim’.”

Este silêncio parece-lhe sintomático. “O preconceito é enorme e espelha-se em todas as esferas da sociedade. Em algumas reuniões havia muitas relativizações.” Os interlocutores “desconheciam a história persecutória” e, por isso, não a entendiam como “um factor importante para a criação das actuais assimetrias”.

No ano passado, no Dia Internacional das Pessoas Ciganas, Rebelo de Sousa ainda fez de conta que a data estava presente na agenda pública. “No ano em que se celebra o quinto centenário da perseguição aos portugueses ciganos, o Presidente da República recorda a ancestralidade desta comunidade e o seu contributo para a construção de uma sociedade portuguesa mais diversa e plural”, lia-se no site. “Reconhece que a história e o percurso do povo cigano em Portugal foram muitas vezes marcados pela incompreensão, pela rejeição e pela marginalização, reforçando, por isso, a necessidade de um diálogo recíproco rumo à inclusão, numa sociedade mais justa, no respeito do Estado de direito e dos direitos humanos.”

Não foi tudo em vão. A associação Sílabas

Dinâmica, por exemplo, lançou um documentário de 20 minutos intitulado “500 anos de leis repressivas”. Com financiamento da Agência para a Integração Migrações e Asilo (AIMA), tem apresentado o trabalho em diferentes partes do país.

A associação cultural Um Coletivo decidiu fazer um ensaio performativo a partir da *Farsa das Ciganas*, peça de Gil Vicente apresentada pela primeira vez nas cortes de Évora de 1521. Chamou-lhe “Pândega”, palavra de origem caló, variante do romani, língua que foi proibida em Portugal e por isso quase se perdeu.

Quiseram pensar a farsa como documento histórico, mas também como ponto e partida para uma reflexão sobre como se deve receber quem vem de fora. “Percebemos que havia paralelismos em relação à população migrante”, diz a directora artística, Cátia Terrinca. Vão apresentar o texto original e uma versão reescrita. O projecto envolve residências artísticas numa escola da Moita e numa escola de Évora. Os alunos serão, por exemplo, desafiados a desenvolver espírito crítico e a trabalhar a peça de Gil Vicente e poemas de Olga Mariana.

Haverá outras actividades em escolas. O projecto “História & Estórias Ciganas”, coordenado por Marta Torres, da Associação dos Professores de História, e Paulo Feytor Pinto, da Associação de Professores para a Educação Multicultural, conta com 12 projectos locais de norte a sul do país.

Algumas iniciativas são muito simples. É o caso de uma turma PIEF de Almeirim, que vai trabalhar o tema em Educação e Área de Projecto vendo documentários sobre história e cultura cigana e elaborando composições plásticas.

Outras são bem mais completas. É o caso de uma turma PIEF de Reguengos de Monsaraz, que planeou, por exemplo, pesquisar as origens do povo cigano, caçar mitos, adoptar contos tradicionais ciganos para teatro ou banda desenhada, gravar um *podcast* sobre lendas ciganas, organizar uma biblioteca humana, com membros da comunidade cigana local.

Há associações com eventos também. É o caso da Ribalta Ambição - Igualdade de Género nas Comunidades Ciganas, que para este dia 13 preparou um *webinar* intitulado “500 anos de perseguição: leis, racismo e resistência cigana em Portugal”.



tugal: as ordens de expulsão, as proibições de falar calé, de usar os trajes típicos, de ler a sina, as deportações para as “conquistas”, o trabalho forçado nas galés, a especial vigilância das forças de segurança. E percebe que tudo isso se perpetua na segregação habitacional e escolar, na dificuldade de acesso ao emprego, na pobreza estrutural. “A História mostra que temos vindo a sofrer, e muito, mas também que somos resilientes. Essa é uma das coisas que estão enraizadas na nossa cultura.”

Viu na política uma via para a transformação social. É o mais jovem eleito. “Senti que era importante que a assembleia municipal tivesse alguém jovem. “Muitas dificuldades que as pessoas à minha volta enfrentam estão ligadas à falta de voz nos espaços de decisão.”

Acha que a sua participação política pode ajudar a quebrar imagens estereotipadas, a dar visibilidade a realidades ocultas, a normalizar a presença de cidadãos ciganos em espaços de poder. “Se a minha presença inspirar outros a acreditar em si próprios já terei cumprido uma parte da minha missão.”

Denil não tem ilusões. “É um factor de enorme responsabilidade que cai e recai sobre mim. Se um cigano fizer uma coisa má, vão julgar-me por tabela. Quando um cigano faz uma coisa má, todos os ciganos à volta são culpados.”

Admite que isso “é muito difícil”. “Dói. Dói e faz pensar demasiado. A pessoa não me julga pela pessoa que eu sou, pelo cartão de cidadão que eu tenho, pelo nome próprio que eu tenho.” Ambiciona outro futuro. “Quero mostrar que os ciganos são diferentes do que se diz. E que podemos conseguir o que queremos. Não é por sermos ciganos, negros ou imigrantes que não conseguimos. Conseguimos se for esse o nosso foco e se houver condições.”



# Publico P2

## Portugueses ciganos Quatro vivências para acabar com cinco séculos de anticiganismo

P4a9





# Portugueses ciganos Quatro vidas que mostram que o futuro pode ser diferente

**P2**